

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,
Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br**CONCLUSÃO**

Em 16 de novembro de 2021 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Dr. PAULO FURTADO DE OLIVEIRA FILHO. Eu, Mariana Monteiro Fraga, Assistente Judiciário, *subscrevi*.

DECISÃO

Processo nº: **1092381-06.2020.8.26.0100**
Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**
Requerente: **J F Modas Ltda e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **PAULO FURTADO DE OLIVEIRA FILHO**

Vistos.

Fls. 7574/7575 (última decisão)

Fls. 7580/7581 (relatório mensal de atividades – agosto/2021): Ciência aos credores e eventuais interessados.

Fls. 7640/7644 (embargos de declaração opostos pela recuperanda em face da decisão de fls. 7574/7575): Acolho os Embargos opostos e homologo o acordo celebrado com o credor José Rodolpho Farias ME (fls. 7263/7264), tendo em vista que segue os mesmos termos do acordo homologado à fl. 7574/7575 (ou seja, 15% de deságio e pagamento em duas parcelas).

Fls. 7645/7646 (petição das Recuperandas. Requerem a prorrogação do *stay period* até a realização da AGC):

A redação original da Lei 11.101/2005 previa a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor pelo prazo de 180 dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial, sendo este prazo, improrrogável. Ultrapassado o prazo de 180 dias, sem deliberação do PRJ, as execuções deveriam prosseguir normalmente.

Contudo, na prática, se constatou que o prazo de 180 dias era insuficiente para deliberação do PRJ em AGC.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,
Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

Neste sentido, fixou-se o entendimento através do enunciado 42 da Primeira Jornada de Direito Comercial, a possibilidade de prorrogação do *stay period*, excepcionalmente.

Na jurisprudência, se consolidou a prorrogação do prazo nos casos em que a recuperanda não tenha dado causa na condução do processo ou retardamento na realização da Assembleia de Credores.

Com o advento da Lei 14.112/2020, modificando o §4º do artigo 6ª da LFR, estabeleceu-se que o prazo de 180 dias de suspensão poderá ser excepcionalmente prorrogado por igual período, uma única vez.

A Lei 14.112/2020 entrou em vigor em 23 de janeiro de 2021, de modo que, desde então, deve ser respeitada o prazo máximo de prorrogação do "stay period", por 360 dias.

Diante disso, e porque não deu causa a recuperanda à demora, excepcionalmente mantenho a suspensão das ações e execuções até o dia 23 de janeiro de 2021.

Fls. 7647/7648 (procuração): Anote-se. Defiro a gratuidade requerida.

Int.

São Paulo, 16 de novembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA